



Contrarrazão de Recurso

Ao Sr.(a) Pregoeiro da Cidade de Sumidouro - RJ

Pregão: 054/2025

Data: 31/10/2025

Hora: 9:00 Hrs

Objeto: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO D (UTI MÓVEL).

VALIS DISTRIBUIDORA LTDA. , pessoa jurídica Valis Distribuidora (Fantasia) , inscrita no CNPJ 59.101.234/0001-78, sediada na Rua 10 de Junho , 79, Apt101 , Centro , Sumidouro - RJ, Cep: 28637-000, por intermédio do seu representante legal, subscrito ao final, vem respeitosamente apresentar esta Contrarrazão.

Dos Fatos.

Nossa empresa foi sagrada vencedora do referido pregão e habilitada no dia 31/10/2025 às 11:43:27 conforme log do site LICITANET, este, usado pela administração pública para realização do certame.

ÀS 11:46:53 da mesma data, a empresa BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA. manifestou intenção de recurso e, dentro do prazo estabelecido pelo nobre pregoeiro enviou a razão na qual iremos refutar neste momento, pois não há nenhuma base legal para razões recursais na qual atraves de seu representante legal: Alberto Fernando Fontolan (Diretor de vendas). A empresa recorre está tentando usar de artifícios **NÃO LEGAIS** para desclassificar e desqualificar nossa empresa que , foi legitimamente **VENCEDORA, ANALISADA E HABILITADA** por esta comissão da administração pública da Cidade de Sumidouro.

A empresa Brunisa alega , conforme razões recursais que não foram apresentados documentos na fase de habilitação como o CAT entre outros documentos que estão no termo de referência , nos quais estão na imagem abaixo retirado do documento citado.

III – DAS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS:

1. Ausência de Comprovação de Capacidade Técnica – CAT

O Termo de Referência (Anexo I do Edital) exige expressamente, para a comprovação da capacidade técnica, a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA do responsável técnico, conforme determina o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, e conforme boas práticas de gestão de contratos de engenharia previstas no Manual de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia.

“A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a Certidão de Acervo Técnico (CAT) são documentos obrigatórios que definem legalmente o responsável técnico pelo serviço de engenharia.” (Manual de Fiscalização, item 1.1)

A empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA** não apresentou a CAT que comprove a experiência técnica do profissional ou da empresa em fornecimento de ambulâncias tipo D, contrariando o item de habilitação técnica do edital.

2. Ausência de Laudos e Certificações Técnicas Exigidas

O Termo de Referência também determina que o bem ofertado (ambulância tipo D) deve ser acompanhado de laudos técnicos e certificações emitidas por órgãos competentes (ex.: INMETRO, DENATRAN/ SENATRAN E ANVISA), comprovando que o veículo atende integralmente às normas vigentes da ABNT NBR 14561/2021.

Conforme verificado, a licitante vencedora deixou de apresentar os laudos de conformidade e atestados de homologação do modelo, documentos indispensáveis para o atendimento do objeto.

Tal omissão implica descumprimento das especificações técnicas do edital e do Termo de Referência, afrontando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).

A empresa ao questionar esses documentos, está usando de artifícios não legais para solicitar a desclassificação de nossa empresa, uma vez que pegou **partes do TERMO DE REFERÊNCIA não completas para próprio benefício.**

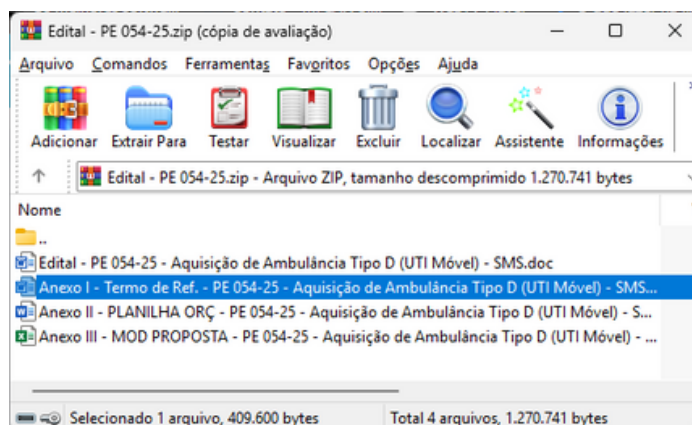
Conforme o **TERMO DE REFERÊNCIA , FOLHA 8 LINEA 12**, o texto diz:

“Os documentos que estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, **A SEREM APRESENTADOS NA ENTREGA DO BEM**, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado”

- **Qualificação Técnica:** deverão ser apresentados na proposta comercial ou documentos de habilitação; **CAT** (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) e CCT ou ISO, em nome da própria licitante; CR IBAMA - Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome da empresa licitante; Os documentos que estejam em nome da empresa transformadora, deverão ser acompanhados de carta de solidariedade da empresa adaptadora à licitante, do contrato firmado entre a empresa transformadora e a licitante, bem como das notas fiscais de transformação e de faturamento do veículo, a serem apresentadas na entrega do bem, comprovando a realização da adaptação pela empresa vinculada no contrato apresentado. Laudo Antimicrobiano do ABS; Declaração da fabricante dos laminados em

Esses citados documentos, somente são emitidos com o bem Pronto e solicitados pela empresa transformadora para a certificação do produto. Nossa empresa não é uma empresa transformadora e, de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA**, tais documentações podem ser entregues juntamente com o bem em questão e fiscalizados pelo fiscal da Prefeitura de Sumidouro Leandro de Almeida Rodrigues Matrícula nº 20.07.4451, no qual compete a aceitabilidade ou não do produto de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA**.

O **TERMO DE REFERÊNCIA** é um anexo da licitação usado apenas como documento que detalha o objeto a ser contratado e não pode ser utilizado como artifício para desclassificação jurídica de um produto customizável , como neste caso. Este também é chamado de **ANEXO I**, o que corrobora assim que não é o **EDITAL** e tal documento vem como documento separado do **EDITAL**, conforme imagem abaixo.



Sobre o paragrafo 3 da solicitação da empresa recorrente, ela pede a inabilitação por não cumprimento das condições editalícias, conforme imagem a seguir.

3. Violação dos Princípios da Isonomia e da Legalidade

A habilitação da licitante VALIS DISTRIBUIDORA LTDA sem a apresentação integral dos documentos exigidos fere os princípios da isonomia, da legalidade e do julgamento objetivo, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deve exigir o cumprimento integral das condições editalícias, sob pena de violação ao art. 59, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inabilitação da licitante que não comprove as condições de habilitação técnica.

A partir desta, declaramos que cumprimos em totalidade o rito do **EDITAL**, desde o cadastro da proposta, até a **HABILITAÇÃO JURÍDICA** que fora analisados e confirmados por esta comissão. Tal documentos citados pela empresa vencedora não pode ser usado como justificativa pois no **EDITAL** eles não são usados como **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** como critério para **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, na qual compete esta etapa do certame.

No **EDITAL**, somente o item 9.3.10 trata da qualificação técnica necessária para **HABILITAÇÃO JURIDICA** no certame que **CUMPRIMOS E FOMOS HABILITADOS**.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.10 Comprovação de qualificação hábil para fornecimento do produto, objeto desta licitação, constituído por declaração(ões) concedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, atestando que a licitante forneceu produtos e/ou bens semelhantes aos do objeto desta licitação

Do Direito.

Solicitamos ao Nobre Pregoeiro e sua comissão o mantimento da decisão de Habilitação da Valis Distribuidora como vencedora do certame e, reafirmamos nosso compromisso que iremos entregar o melhor produto dentro das especificações do **Termo de Referência** uma vez que cumprimos o EDITAL em sua totalidade e, citamos também a lei 8666/93 cujo objetivo principal visa que a licitação resulte na proposta mais vantajosa para a administração pública, seja na compra, locação ou prestação de serviços.

Encerramento.

Vimos acima que o pedido de recurso ele é incabível. A empresa recorrente além de não participar do certame ficou em **ULTIMO LUGAR**, sendo assim, o seu pedido geraria mais custos à administração pois, não foi dado nenhum lance no referido pregão que gerasse prejuízos à economicidade da Administração Pública. Tentou desqualificar esta comissão e para benefício proprio retirou partes do **TERMO DE REFERÊNCIA** para manipular e tentar desqualificar uma empresa já **HABILITA**.

Em ação de boa fé, mesmo legalmente não sendo necessário conforme vimos acima, solicitamos à empresa Transformadora os certificados de uma UTI-D pronta entrega que, colocaremos abaixo neste e em anexo juntamente a esta contrarrazão. Ainda teremos de fazer as conferências se elas se adequam ao **Termo de Referência**, uma vez que cumprimos às exigências do **Edital**. Caso a mesma não atenda totalmente as especificações, solicitaremos um novo produto que se adeque 100% ao solicitado pela administração pública, emitidas novas certidões e certificações e entregue juntamente com o bem como manda o Termo de Referência.

CERTIFICADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA - CCT Nº AO.042.846

RAZÃO SOCIAL (FORNECEDOR): C.M. DE BARROS SERVICOS VEICULAR EIRELI

ENDEREÇO: R. NOVA IORQUE, 78 - JARDIM NAPOLEI - ITAQUAQUECETUBA - SP

CNPJ: 33.185.461/0001-35

CEP: 08095-422

DDD/TELEFONE: (11) 8546-4358

ESPECÍFICO/CARROÇARIA: ESPECIAL/CAMINHÃO CARROÇERIA AMBULÂNCIA

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA: CAMINHÃO (TRANSFORMAÇÃO)

ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO (INSTITUIÇÃO TÉCNICA LICENCIADA - ITL): SP INSPEÇÃO VEICULAR LTDA

AVENIDA TENENTE AMARO PELLEGRINO DA SILVA, 1792 - PARQUE NOVO MUNDO - SÃO PAULO - SP

RESPONSÁVEL TÉCNICO (DIATL): BRUNO LIMA ALVES - CREA 2616400718

DATA DE EMISSÃO: 27/03/2023

DATA DE EXPIRAÇÃO: 04/03/2025

VALIDADE: 27/03/2025

ASSINATURA E CARIMBO DO DIATL: Bruno Lima Alves

SP INSPEÇÃO VEICULAR LTDA OIA-ITL 0037

22) OBSERVAÇÕES

CARACTERÍSTICAS GERAIS

WMI/VDS: 8AC9D7643PE228931

LARGURA: 2.020 mm	ALTURA: 2.667 mm	COMPRIMENTO: 5.932 mm
PBT: 4.100 kg	TARA: 2.510 kg	LOTAÇÃO: 1 + 7 P
PBTC: 6.100 kg	CMT: 6.100 kg	POTÊNCIA: 125 kW e 170 cv

FOTOS:

NÚMERO DE EIXOS: 2 eixos

BALANÇO TRASEIRO: 1.246 mm

BALANÇO DIANTEIRO: 1.621 mm

NÚMERO RENAVAM: 1336987224

NÚMERO DO CAT TRANSFORMADO: Em processo de homologação

NÚMERO DO CAT ORIGINAL: 04.00033/23

VEÍCULO ORIGINAL: 1M BENZ 417 SPREINTER

VEÍCULO TRANSF. 1M BENZ 417 CM AMB

RESPONSÁVEL TÉCNICO: PATRICK APARECIDO DE OLIVEIRA GOMES

CREA: 2619262674

INSPETÇÃO DA UNIDADE: OS 9578 - INSP. Nº 3220.0056

DATA: 27/03/2023 10:32

ORA: SY.0037



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA VIÁRIA
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR

CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 1030/2023/COSEV-SENATRAN/CGSV-
SENATRAN/DSEG-SENATRAN/SENATRAN

Brasília, 25 de julho de 2023.

A Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da SENATRAN, concede com base na documentação apresentada, constante do processo nº 50000.012890/2023-75 SENATRAN, o presente CERTIFICADO, a **C.M. DE BARROS SERVICOS VEICULAR EIRELI**, CNPJ Nº **33.185.461/0001-35** referente ao veículo abaixo especificado:

MARCA/MODELO/VERSÃO: I/M.BENZ 417 CM AMB
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO: 301081
MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: I/M.BENZ 417 SPRINTER F
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: 300887
ESPÉCIE/TIPO: ESPECIAL/CAMINHÃO
CARROÇARIA: AMBULÂNCIA
LOTACÃO: CONDUTOR + 07 PASSAGEIROS
CAPACIDADE DE CARGA: 1,59 t
PBT: 4,1 t
CMT: 6,1 t
QUANTIDADE DE EIXOS: 02
FABRICANTE: MERCEDES-BENZ ARGENTINA
TRANSFORMADOR: C.M. DE BARROS SERVICOS VEICULAR EIRELI
PAIS DE FABRICAÇÃO/ORIGEM: ARGENTINA
IDENTIFICADOR INTERNACIONAL DO FABRICANTE (WMI): BAC
CÓDIGO(S) VIN: *****

Este CERTIFICADO não exime o interessado de comprovar junto ao Órgão Executivo de Trânsito, por ocasião do registro, licenciamento e emplacamento, que o veículo esteja adequado à legislação vigente de identificação e de segurança veicular. A comprovação restringe-se à conformidade do veículo com o memorial descritivo.

HELOISA SPAZAPAN DA SILVA
Coordenadora-Geral de Segurança Viária Substituta

MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA
Diretora de Segurança no Trânsito

file:///C:/Users/lucas/Downloads/Certificado_de_Adequacao_a_Legislacao_de_Transito_7374941_(2).html

1/2

ADRIALDO DE LIMA CATÃO
Secretário Nacional de Trânsito

	Documento assinado eletronicamente por Helôisa Spazapan da Silva , Coordenadora-Geral de Segurança Viária - Substituto, em 27/07/2023, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.
	Documento assinado eletronicamente por Maria Alice Nascimento Souza , Diretora, em 01/08/2023, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.
	Documento assinado eletronicamente por Adrialdo de Lima Catão , Secretário Nacional de Trânsito, em 01/08/2023, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.
	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/veic/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador 7374941 e o código CRC E5B60FAD .



Referência: Processo nº 50000.012890/2023-75



SEI nº 7374941

Contudo, fica claro que a empresa solicitante abriu pedido de recurso somente para **TUMULDO DE CERTAME**, tendo em vista que durante a fase de lances sequer estava online, não ofertaram nenhum lance, conforme pode-se conferir no log da seção, e em seu pedido de recurso afirma: “ **Com a mais estrita observância às exigências EDITALÍCIAS** ” que nossa empresa durante a referida seção causou uma “ **... afronta expressa aos dispositivos editalícios.** ”.

Com isso, essa intenção de recurso descabida atrasa o andamento da licitação, gerando custos operacionais, desconforto e prejuízos para a população, pois um bem como uma UTI Móvel se faz necessário com máxima urgência, além de duvidar da capacidade técnica do nobre Pregoeiro na escolha do melhor produto e análise documental para a administração pública.

Com Previsão legal na Lei nº 8.666/93 (art. 93) e na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21, art. 337-F). A conduta de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório é considerada crime, com pena de detenção de 6 meses a 2 ou 3 anos, além de multa.

- **Perturbar:**
- Atos que dificultam o andamento normal da licitação, como tumultuar a sessão, apresentar recursos infundados com o objetivo de atrasar o processo, ou praticar atos de intimidação contra outros participantes.

Valis Distribuidora
Márcio Carvalho
59.101.234/0001-78